

A CRÍTICA DA HISTÓRIA LINEAR E DA IDÉIA DE PROGRESSO: UM DIÁLOGO COM WALTER BENJAMIN E EDWARD THOMPSON

Leide Alvarenga Turini

RESUMO

O artigo coloca a perspectiva de uma problematização e busca de superação das noções de tempo associadas à história linear e à idéia de progresso. As reflexões do filósofo alemão Walter Benjamin e do historiador inglês Edward Thompson, em foco no texto, colocam possibilidades significativas para o debate da questão; nesses autores, há uma ruptura com uma concepção mecanicista e linear da história e, por conseguinte, com a crença no progresso entendido como resultante máxima das transformações produtoras da modernidade capitalista e como uma “evolução natural e inevitável” de toda a humanidade.

Palavras-chave: história linear, modernidade capitalista, progresso.

ABSTRACT

The article presents the perspective of the problem and search for overcoming the notions of time associated with linear history and the idea of progress. The reflections of the German philosopher Walter Benjamin and the English historian Edward Thompson, focused in this text, present significant possibilities for the debate in question. There is, with these authors, a break in the mechanistic conception and linear history and, consequently, with the belief in progress understood to be the maximum result of the productive

* Profª de História da ESEBA/UFU e Doutoranda em Educação pela UNICAMP.

transformations of modern capitalism and as a “natural and inevitable evolution” of all mankind.

Key-words: linear history, modern capitalism, progress.

I- A concepção de tempo histórico único, contínuo, eurocêntrico e progressista na historiografia e no ensino de história: em busca da superação?

Uma questão fundamental nas discussões sobre a prática do professor de história no Brasil, sobretudo a partir dos anos 80¹, diz respeito à necessidade de superação de uma visão de história linear ancorada em uma concepção de tempo único, contínuo, eurocêntrico e progressista.

Circe Bittencourt, a partir da análise de cerca de trinta propostas curriculares para o ensino fundamental de história no período de 1990-1995, concluiu que um dos aspectos comuns entre todas as propostas analisadas foi a crítica à noção de tempo histórico tal como ela tem se apresentado tradicionalmente no ensino:

De forma quase unânime as formulações de novas propostas curriculares são justificadas ao se apresentarem como meio de superar um ensino de história que se fundamenta na construção de um tempo histórico homogêneo, determinado pelo eurocentrismo e sua lógica de periodização baseada no sujeito

¹ Desde os anos 80, a história ensinada vive um momento bastante promissor no que diz respeito à abertura de novas perspectivas. Diversas questões norteadoras da prática pedagógica do professor de história têm sido objeto de discussão, tanto em encontros de profissionais da área quanto em publicações diversas. Intensificaram-se os debates sobre a formação do professor de história e seus referenciais teórico-metodológicos, os limites e possibilidades do livro didático de história, a possibilidade de produção de conhecimento no ensino fundamental e médio, a introdução de novas linguagens e metodologias no ensino de história, entre outros.

² BITTENCOURT, Circe.(Org.) *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p.23.

*histórico Estado-nação. E, nessa perspectiva, propõem-se a trabalhar com as diferentes temporalidades e diferentes sujeitos. (...) As justificativas das propostas apontaram para a alteração e superação da concepção de tempo histórico evolutivo e progressista.*²

A perspectiva do ensino de história a partir de eixos temáticos³ introduzida por algumas propostas curriculares, realizada de forma localizada por “grupos de professores ávidos por mudanças ou por projetos especiais desenvolvidos em universidades e escolas isoladas”, colocou-se, entre outros, o propósito de “ultrapassar a visão eurocêntrica e a lógica do progresso que permeia de ponta a ponta a nossa historiografia.”⁴

Para Kátia Maria Abud, “os eixos temáticos têm a função de criar condutos lógicos que ‘costurem’ os conteúdos, dando-lhes significado. Eles devem, por isso, ter ligação com a vivência e o cotidiano do aluno, que, por sua vez, é a referência principal para a escolha dos eixos norteadores do conteúdo. Eles devem substituir o tempo linear como organizador do ensino de história.”⁵

³ A proposta pioneira, nesse sentido, foi a da Equipe Técnica de História da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/CENP-SP) cuja primeira versão foi publicada em 1986. Segundo profissionais da área de História, os quais participaram do processo de elaboração da proposta, a mesma tinha como princípios norteadores “(...) um referencial teórico aberto, recusa de esquemas explicativos prévios, ausência de pontos de partida e de chegada fixos para as situações de ensino/aprendizagem, reflexões sobre experiências cotidianas de professores e alunos, constantes diálogos presente/passado e conceitos/realidades a partir de eixos temáticos construídos por docentes e discentes”. SILVA, Marcos e ANTONACCI, Maria Antonieta M. Vivências da contramão: produção de saber histórico e processo de trabalho na escola de 1º e 2º graus. *Revista Brasileira de História*. História em Quadro-Negro: Escola, ensino e aprendizagem. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.9, no 19, set. de 1989/fev. de 1990, p. 26.

⁴ FONSECA, Selva. *Caminhos da História Ensinada*. São Paulo: Papirus, 1993, p. 94 e 104.

⁵ ABUD, Kátia Maria. Temporalidade e didática da história. In: *Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Campinas: Gráfica da FE/UNICAMP, 1999, p.33.

Uma discussão específica sobre o conceito de tempo histórico foi inserida, nos anos 90, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História.⁶ A partir desse documento, professores da Educação Infantil e Fundamental tomaram contato - muitos deles pela primeira vez - com noções como “tempo de curta, média, longa duração” ou respectivamente, “tempo do acontecimento breve, tempo da conjuntura e tempo da estrutura”, relativas aos estudos do historiador Fernand Braudel a respeito dos “diferentes níveis e ritmos de durações temporais” além de noções como “tempo da natureza” e “tempo da fábrica”, em referência às discussões do historiador inglês Edward Palmer Thompson.

No entanto, tais discussões chegaram às escolas - quando chegaram -, muitas vezes de maneira precária, esquemática, simplificadora e mais confundiram que de fato contribuíram para a superação de uma concepção linear da história, embora esse fosse um objetivo explicitamente colocado pela equipe que elaborou o documento da área de história. Os conceitos e noções foram, muitas vezes, tomados pelos professores como categorias vazias, descontextualizadas, como “conteúdo” a ser trabalhado com os alunos em sala de aula.

De qualquer maneira, o questionamento a um modelo interpretativo que se assenta na representação de um tempo único, contínuo, eurocêntrico e evolutivo/progressista, cada vez mais presente na literatura atinente ao ensino de história, nas propostas curriculares e em discussões diversas envolvendo profissionais da área, não deixam de evidenciar uma problematização, nos dias atuais, das noções de tempo associadas a uma concepção de história linear e à idéia de progresso. Como se pode caracterizar, a grosso modo, uma tal representação?

Por se estruturar a partir da idéia de um *tempo único* e igual para todas as sociedades/realidades/processos/culturas, na perspectiva de uma “história universal”, essa representação do

⁶ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia - 1º e 2º Ciclos (1997) e História 3º e 4º Ciclos (1998)*. Brasília, MEC/SEF. BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

tempo histórico desconsidera que os tempos são múltiplos e que possuem diferentes ritmos, como preconizam hoje muitos historiadores, sobretudo a partir dos estudos realizados por Braudel.⁷

Consolida-se, então, a representação de um *tempo contínuo* que determina a relação entre passado e presente: busca-se no primeiro as origens do segundo para justificá-lo e legitimá-lo. A imagem de um tempo vectorial, tempo flecha, é por demais eloqüente no sentido de consolidar a idéia de um tempo único, contínuo, homogêneo e irreversível.

No modelo interpretativo em questão, o tempo único, contínuo é também *eurocêntrico*. A história organizada segundo o quadripartismo francês (História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) instituiu como fatos determinantes da passagem de uma "etapa" a outra aqueles concernentes à história européia.

A propósito de uma função ideológica e política do quadripartismo, Chesneaux⁸ é contundente:

O quadripartismo tem como resultado privilegiar o papel do Ocidente na história do mundo e reduzir quantitativa e qualitativamente o lugar dos povos não europeus na evolução universal. Por essa razão, faz parte do aparelho intelectual do imperialismo. Os marcos escolhidos não têm significado algum para a imensa maioria da humanidade(...)Esses mesmos marcos destacam a história das superestruturas políticas, o que também não é inocente.

(...) O quadripartismo nada mais é que uma das versões, e não a melhor, do velho sonho de um "discurso sobre a história universal"(...) encontra-se tão deteriorado quanto esse próprio sonho.

⁷ Ver, por exemplo: BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

..... *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

⁸ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. Trad. Marcos A.Silva. São Paulo: Atica, 1995, p.95 e 97/98.

A história-conhecimento organizada segundo o quadripartismo procura dar conta de tudo o que se passou com a humanidade, na pretensão de uma história universal. Essa premissa hoje é extremamente questionável por não levar em conta a diversidade, a multiplicidade de tempos, a especificidade de cada realidade social e cultural. Além do mais, como frisa o autor, ao estabelecer a divisão entre História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, em uma perspectiva eurocêntrica, a periodização quadripartite desconsidera, muitas vezes, a história dos povos não europeus.

Outra característica do modelo em discussão: o tempo da história é identificado como o tempo da *evolução* e esta como sinônimo de *progresso*⁹. Por essa linha de interpretação, o presente é sempre a etapa que avança para melhor, em relação a um passado visto como ultrapassado, atrasado. Coloca-se, então, a perspectiva de que a humanidade evolui inexoravelmente para um fim “superior” ou “adiantado”. Esta questão, em particular, estará em foco nesse texto.

Na historiografia, de acordo com muitos estudiosos, entre eles o historiador francês Jacques Le Goff, “a crença num progresso linear, contínuo, irreversível, que se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades já quase não existe.”¹⁰ Isso porque, na concepção do autor, a idéia de progresso, sobretudo a partir de meados do século XX, foi colocada em xeque em função dos fracassos do marxismo, dos horrores do fascismo e do nazismo, das destruições da Segunda Guerra, da bomba atômica e da descoberta de culturas diversas do ocidente, entre outras questões. Como continuar mantendo nesse contexto, questiona o autor, um esquema evolutivo

⁹ Para Norbert Elias, “(...) o conceito de ‘evolução’ é comumente posto no mesmo saco com o antigo ideal de ‘progresso’ da época das Luzes. Parece implicar a idéia de que cada estágio posterior comporta um valor moral mais elevado que os precedentes ou representa um passo em direção a uma felicidade maior. É comum não se estabelecer uma distinção clara entre essa representação ideal do progresso e uma abordagem sociológica evolucionista que tome por regra a simples evidência dos fatos, quer ela ateste um progresso ou um retrocesso(...)” ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 75.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed., Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p.14.

único e determinista?

Para o historiador espanhol Joseph Fontana, desde o século XVIII, tem sido dominante na historiografia um modelo interpretativo globalizador, o qual tem como suposto a evolução contínua das sociedades:

O modelo interpretativo falido nasceu com a visão da história elaborada pela ilustração escocesa, no século XVIII, com a teoria dos “quatro estados” que situava distintas sociedades conhecidas num esquema único e ordenado de desenvolvimento, cujas etapas teriam que percorrer sucessivamente todos os povos e convertia uma noção de progresso baseada no desenvolvimento tecnológico no motor da história.¹¹

Embora sempre associada à história de tradição positivista essa concepção linear foi a base de diversas escolas históricas, entre elas o marxismo, com a sua concepção de história ancorada na sucessão evolutiva dos modos de produção.¹² Fontana percebe atualmente uma tendência em se buscar superar, no âmbito da historiografia, os modelos globalizadores e um dos pontos propostos por ele para que os fundamentos do trabalho do historiador sejam reconstruídos a partir de novas bases é a superação do modelo único da evolução humana com as suas concepções mecanicistas sobre o progresso. Defende que se recupere na pesquisa e no ensino de história a diversidade de caminhos e não o caminho de mão única; em outras palavras, que se supere a noção de evolução contínua:

(...)O tipo de história que escrevemos e ensinamos há duzentos anos eliminou este núcleo de esperanças latentes do seu relato,

¹¹ FONTANA, Joseph. Reflexões sobre a história, do além do fim da história. In: *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru: EDUSC, 1998, p.268.

¹² Para o autor, “Marx aceitou inicialmente o esquema único e linear de progresso, do qual só se libertou nos últimos anos de sua vida, com a triste consequência de que os seus seguidores preferiram conservar as formulações esquemáticas do primeiro Marx – as receitas fáceis que davam as chaves para interpretar o mundo sem a necessidade de investigá-lo- e foram incapazes de corrigi-las e enriquecê-las com as retificações dos seus anos de maturidade”. *Ibidem*, p.268.

*onde tudo se produz fatalmente, mecanicamente, numa ascensão ininterrupta que leva o homem das cavernas pré-históricas até a glória da pós-modernidade. Tudo o que fica fora desse esquema é menosprezado como uma aberração que não poderia manter-se ante a marcha irresistível das forças do progresso ou como uma utopia inviável.*¹³

Ao propor a recusa da visão linear da história, Joseph Fontana defende que se construa, em seu lugar, interpretações que sejam capazes de mostrar que “não há um avanço contínuo numa direção”; existem rupturas, bifurcações, caminhos diversos. Dessa maneira, o que em última análise o autor defende é que a história permita recuperar “projetos de futuro” que possam alimentar esperanças e ações no presente.

A historiadora brasileira Raquel Glezer corrobora a perspectiva dos autores citados com relação a uma superação, na historiografia contemporânea, de uma concepção de tempo evolutivo e progressista:

*Nós abandonamos a concepção de tempo linear contínuo e homogêneo, com calendários, cronologias e causalidade primária(...)A introjeção da etnocentricidade do tempo, da relatividade das temporalidades, da fragmentação, da periodização individualizada, para os historiadores solucionou os conflitos com o tempo linear, progressivo, direcionado pelo dever. Ele não é mais a explicação externa dos fatos históricos. O tempo histórico é criação, seleção e opção do historiador, tecido intrincado no objeto, nas fontes, nas análises e nas interpretações.*¹⁴

No entanto, em que pesem as contribuições da historiografia para uma superação da concepção de tempo histórico evolutivo e progressista, é preciso não desprezar as dificuldades reais de sua concretização. Será possível afirmar que no ensino de história tem-

¹³ Ibid., p.276.

¹⁴ GLEZER, Raquel. Tempo Histórico: um balanço. In: *Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Campinas: Gráfica da FE/UNICAMP, 1999, pp.39 e 42/43.

se caminhado para uma “solução dos conflitos com o tempo linear, progressivo, direcionado pelo devir” como a historiografia parece estar caminhando?

Para Alfredo Bosi, símbolos e imagens recorrentes sustentam uma certa “lógica progressiva” da história e dificultam sua superação. Tal lógica desenvolveu-se a partir da fusão entre as noções de progresso e evolução, as quais, embora de matrizes diferentes, acabaram convergindo:

Convém lembrar que esse cânon está enxertado em certezas maiores que remetem à idéia de progresso, vinda das luzes, e à idéia de evolução formulada no século XIX. Progresso e evolução: conceitos forjados embora por linhas filosóficas distintas, acabaram convergindo, como o fizeram o positivismo, com a sua lei dos três estados, o darwinismo e o spencerismo.

São todas doutrinas que se vieram tangenciando e integrando ao longo dos séculos XIX e XX até constituírem uma espécie de senso comum e de linguagem corrente do homem culto médio de nossos dias. A imagem ilustrada da humanidade formada de um homem único, que permanece homem enquanto evolui de geração em geração; ou então a figura da corrida em que o atleta passa a tocha às mãos do companheiro e sucessor, que, por seu turno, fará o mesmo depois de cumprido o seu percurso: eis símbolos recorrentes da crença no progresso contínuo¹⁵.

Difícil romper com estas “imagens” tão interiorizadas. Talvez uma primeira possibilidade esteja na compreensão de que elas são produzidas historicamente, são produtos de relações sociais concretas e não dados absolutos, naturais. Não basta propor para o

¹⁵ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 22.

¹⁶ Por exemplo, Selva Fonseca, ao analisar a proposta curricular de Minas Gerais elaborada nos anos 80 concluiu: “a elaboração desta surge da crítica à visão eurocêntrica de história e à lógica de progresso presentes no programa de ensino da década de 70. Entretanto, a nova proposta (...) traz uma sequenciação de fatos numa linha de tempo contínua, onde os mesmos organizam-se ordenadamente

ensino a superação de uma concepção linear e evolutiva da história¹⁶. Antes ou concomitante a qualquer proposta, é preciso “desnaturalizar” a idéia de progresso, de evolução contínua e inexorável, na qual uma representação de tempo único e homogêneo repousou.

Momento particularmente interessante para pensarmos sobre esta questão ocorreu quando das “comemorações” em torno dos 500 anos do Brasil em 2000. Na televisão, diariamente podia-se assistir à propaganda dos Correios “mostrando”, através de uma sucessão de imagens e tendo como pano de fundo a leitura da carta de Caminha, como o país foi se “desenvolvendo” desde a chegada dos portugueses em 1500 até ao que é hoje: um país na era da Internet, da globalização, do progresso.

Mesmo entre professores e alunos, muitas vezes houve - e há -, no balanço dos 500 anos, uma certa compreensão de que a “descoberta” dos portugueses, apesar de toda a violência da colonização, possibilitou a entrada do Brasil no “mundo civilizado”. E, nesse processo, a ação dos bandeirantes aparece como fundamental, mesmo que se reconheça os seus métodos como violentos, cruéis, sanguinários. Afinal, sem eles, o país terminaria em São Paulo...

Nessa perspectiva linear, as noções de progresso, evolução, civilização estão imbricadas. A concepção da história fundamentada por essas noções traz implicações metodológicas e de aprendizagem bastante evidentes. É difícil, por exemplo, levar alunos em aulas de história a não rotularem, sem mais, os primeiros agrupamentos humanos como inferiores e atrasados em relação aos homens atuais ou as comunidades indígenas que habitavam o Brasil no período anterior ao século XV como selvagens e primitivas em relação aos colonizadores portugueses. Nesta linha de análise, os povos indígenas do Brasil na atualidade também são vistos como atrasados em relação à civilização construída pelos brancos.

Podemos dizer que essas “imagens” são insuficientes para concluirmos sobre a existência ou predomínio de uma concepção linear da história assentada na idéia de progresso. Mas não se pode deixar de considerar, como fez Elias Thomé Saliba, o efeito das *imagens canônicas* no ensino de História, ou seja, o efeito das

“imagens-padrão ligadas a conceitos-chave de nossa vida social e intelectual. Tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva.”¹⁷ Essas imagens estereotipadas são coercitivas na medida em que, pela reprodução contínua, aparecem como naturais, inquestionáveis.

Uma das imagens canônicas de maior difusão e repercussão é justamente aquela que estabelece a convergência entre as noções de *evolução e progresso*. Utilizando os estudos realizados pelo paleontólogo Stephen J. Gould, Saliba comenta sobre a forma padrão dessa imagem, que ele chama de *o ícone da escada* a qual “mostra uma seqüência linear de formas progressivas, geralmente dispostas da esquerda para a direita, quase sempre indo de um macaco encurvado para um homem empinado. Há inúmeras variações mas a matriz básica é esta. É uma concepção absolutamente errônea da história biológica pois é equacionada com a noção de progresso – um progresso inerente e previsível, que conduz ao pináculo da humanidade.”¹⁸

Quem nunca viu essa imagem tão difundida, cuja matriz refere-se à evolução do homem, de acordo com a teoria de Charles Darwin? A questão é que, a partir dessa imagem canônica, afirma-se a idéia de que evolução e progresso, além de naturais estão interligados: estamos sempre caminhando “para mais, para melhor e para mais adiante.” Diferentes iconografias da escada presentes em livros didáticos e em anúncios publicitários reforçam essa mesma idéia: a etapa superada é sempre inferior, atrasada em relação à que vem em seguida e essa mensagem tem desdobramentos importantes para a interpretação da história e para o estabelecimento de relações entre

de forma evolutiva e abstrata, descolada das práticas coletivas e sociais”.
FONSECA, op. cit., p.107

¹⁷ SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e o ensino de história. In: Schmidt, Maria Auxiliadora e Cainelli, Marlene Rosa (Org.) *III Encontro Perspectives do Ensino de História*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p.437.

¹⁸ *Ibid.*, p.439.

¹⁹ No texto, Saliba apresenta diferentes imagens de iconografias da escada como por exemplo a do chimpanzé vergado pelo peso de um computador obsoleto e que “evolui” para um empinado executivo com o seu lap top. *Ibidem*, pp.439-441.

o presente e o passado.¹⁹

Interpretações que associam evolução e progresso contribuem para que o passado continue sendo visto por muitos alunos como o “eterno morto” sempre “desenterrado” em monótonas aulas de história. Nesse sentido, Maria Stephanou alerta que “seria proveitoso se o estudo da história viesse possibilitar a introdução de outras formas de raciocínio, em especial uma outra concepção de tempo (...) que o estudo histórico contemplasse a perspectiva de que o tempo é descontínuo, existem rupturas e que inexistente um progresso inerente à história.”²⁰

Nessa perspectiva, tanto o filósofo alemão Walter Benjamin, quanto o historiador inglês Edward Palmer Thompson trazem possibilidades significativas para repensarmos a idéia de progresso contínuo e, portanto, para a superação da visão linear da história, a qual supostamente transcorreria em um tempo “vazio e homogêneo.” Os dois autores são citados por Joseph Fontana como referências importantes para a superação dos modelos globalizadores uma vez que souberam, ao seu ver, propor uma interpretação outra que não aquela dominante na historiografia. Thompson, porque:

ensinou-nos a fazer uma leitura mais complexa das coisas, ao mostrar-nos a vitalidade e a autonomia de uma cultura popular que não tinha nada que ver com a da Ilustração, porém que havia conseguido aliviar a situação dos pobres e a preservar a sua dignidade.²¹

E Walter Benjamin, porque:

chamou-nos a atenção para os males que produzia essa visão linear e os ilustrou com o exemplo do fascismo que se tendia a ver como

²⁰ STEPHANOU, Maria. Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. *Revista Brasileira de História*. Dossiês: Ensino de História. Novos Problemas/Do Império Português ao Império do Brasil, v.18, no 36, 1998, pp.18 e 35.

²¹ FONTANA, Joseph, op. cit, p.274.

*aberração retrógrada ou como algo excepcional e por isso, de sobrevivência difícil, em vez de entendê-lo como um fruto lógico e natural de um tempo e de algumas circunstâncias(...)*²²

Fontana reporta-se, nas referências feitas, às questões discutidas por Edward Thompson e Walter Benjamin nas obras que serão consideradas para uma reflexão mais específica neste texto. Vamos então, a um diálogo com os dois autores.

Com relação a Walter Benjamin o enfoque será dado às teses "Sobre o conceito de história"²³; quanto à Edward Thompson, três textos em particular da obra *Costumes em Comun - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*, quais sejam: Introdução: Costume e Cultura; Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial e A economia moral da multidão inglesa no século XVIII.²⁴

II- Walter Benjamin e a crítica do progresso nas teses "Sobre o Conceito de História"

*Marx disse que as revoluções eram as locomotivas da história. Mas talvez elas sejam algo um pouco diferente. Talvez as revoluções sejam a mão da espécie humana que viaja nesse trem puxando os freios de emergência. (Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften* I, 3, p.1232)*²⁵

O que hoje parece difícil romper em função mesmo de um processo de "naturalização" consolidou-se historicamente no século XVIII, na Europa. Uma visão da história como evolução contínua, ancorada na representação de um tempo único e homogêneo não

²² Ibid., p. 276.

²³ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. *Obras escolhidas*. V.1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986, 2 ed., pp. 222-232.

²⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comun. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 13-24; pp. 150-202 e 267-304, respectivamente.

²⁵ Citado por LOWY, Michel. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990, p. 213.

era comum até então. Embora seja difícil determinar uma única concepção de tempo histórico existente até o referido período, havia até a Idade Média o predomínio de uma concepção *cíclica* da história, de acordo com a qual a história da humanidade sempre passa por fases de apogeu e decadência e o *modelo* é sempre posto no passado, no retorno aos ensinamentos dos Antigos.²⁶

Por outro lado, o cristianismo, desde cedo, colocou a perspectiva de uma história linear. Segundo G. J. Whitrow “enquanto para a maioria dos gregos e romanos, os aspectos dominantes do tempo eram o presente e o passado, o cristianismo dirigiu a atenção do homem para o futuro.”²⁷ A visão cristã do mundo, tal como apresentada por Santo Agostinho, traz uma outra concepção do tempo, o qual já não é mais concebido como cíclico.

De acordo com as conclusões de Whitrow, no conceito de tempo histórico cristão estão os fundamentos do nosso conceito moderno de história. Mas a perspectiva do cristianismo assentava-se no tempo sagrado: “toda a ênfase estava colocada no futuro, porém, desvalorizando o tempo secular em relação ao tempo sagrado. O tempo secular não representava senão a sombra do tempo sagrado. Tudo na concepção cristã se movia em torno de um ponto fixo: a eternidade. O secular não tinha valor em si, mas encontrava seu sentido no eterno.”²⁸

Na modernidade, a concepção linear da história assenta-se no tempo secular e na confiança ilimitada na razão humana, campo fértil para o desenvolvimento da idéia de progresso.

Jacques Le Goff situa o nascimento da idéia de progresso entre os séculos XV e XVIII e atribui ao surgimento das invenções, a começar pela Imprensa, e ao nascimento da Ciência Moderna - que tem como episódios espetaculares o sistema copernicano, a obra de Galileu, o cartesianismo e o sistema de Newton - as condições que favoreceram a sua emergência no ocidente. Nesse contexto há o

²⁶ Ver LE GOFF, Jacques. op. cit., pp.233-281.

²⁷ WHITROW, G.J. *O tempo na história*. Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.80.

²⁸ GOERGEN, Pedro. Educação e Pós-Modernidade. *Cadernos de História*. Uberlândia: Editora da UFU, n. 8, 2000, p.13.

crescimento da confiança na razão e da idéia de que, assim como o mundo físico é regido por leis, o mesmo ocorre com o mundo moral e social.²⁹

Com Condorcet e o seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*³⁰ ocorre a apoteose da ideologia do progresso, uma vez que, para o autor, a espécie humana segue uma marcha contínua em direção a um futuro qualitativamente superior havendo uma correspondência direta entre desenvolvimento da razão, aperfeiçoamento humano e construção de uma sociedade mais feliz. Dessa maneira, há uma lei do progresso: o homem em sua história passa por diversos estágios de desenvolvimento sendo que o estágio posterior sempre supera o anterior.³¹

Porém, a expressão mais acabada da ideologia do progresso encontra-se na filosofia de Auguste Comte, sobretudo na obra "Curso de Filosofia Positiva".³² Na segunda metade do século XIX, a ideologia do progresso consolidou-se com as teorias científicas e filosóficas de Darwin e de Spencer. Para Le Goff, "a obra de Spencer marcou o coroamento da idéia do progresso concebido como uma necessidade benfazeja e a ideologia do progresso de uma Europa, a do século XIX, que confundia a *sua* civilização com a civilização."³³

²⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996, p.245.

³⁰ CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos Progressos do Espírito Humano*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

³¹ Se não se pode negar que para Condorcet há uma coincidência entre processo histórico e avanço das luzes, o que se traduz por uma evolução contínua e inelutável, Patrícia Piozzi diz ser necessário relativizar a interpretação de uma visão linear e progressiva da história humana contida no "Esboço". Para a filósofa, percorre toda a obra uma tensão que chega por vezes a desfigurar a própria lógica demonstrativa do texto. Tensão essa que se manifesta pela denúncia dos erros e horrores que se pode ver em cada época, evidenciando uma luta constante entre trevas e luzes. Há uma instabilidade sempre presente. Para um maior aprofundamento das questões abordadas pela autora ver: PIOZZI, Patrícia. *Filosofia, utopia e tempo histórico*. In: *Anuário do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Campinas: Gráfica da FE/ UNICAMP, 1999, pp.45-56.

³² COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

³³ LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 260/261.

Adentrando, então, mais especificamente, pela reflexão realizada por Walter Benjamin, o questionamento do filósofo sobre a idéia de progresso insere-se no âmbito do questionamento mais profundo sobre o avanço da modernidade capitalista no século XX. Afinal, no epicentro da noção de modernidade, razão e progresso são expressos como parceiros “naturais” da nova cultura antropocêntrica e secular: a confiança ilimitada na razão alimenta a crença numa trajetória humana que conduziria a sociedade para um estágio cada vez melhor.

Essa razão instrumental é criticada por Benjamin. Na modernidade capitalista, o que há não é progresso humano, mas dilaceramento do social. Os seres humanos são transformados em autômatos. Perde-se, na modernidade, a experiência com o passado. As pessoas passam a acumular “vivências” (Erlebnis) e não “experiências” (Erfahrung). As transformações ocorridas no mundo capitalista moderno, longe de possibilitar aos seres humanos a liberdade e a igualdade, nos termos colocados por Condorcet, os aprisionam, isolam, desumanizam.

Nesse sentido é que, a “crítica do progresso é um tema – ou antes, uma iluminação – que atravessa o conjunto da obra de Benjamin, desde os seus escritos de 1914 até os últimos textos de 1940; ela é encontrada tanto antes quanto depois de sua adesão ao marxismo, e imprime sua marca tanto em seus ensaios teológicos quanto em seus artigos culturais ou políticos.”³⁴

Vejam, então, como a questão é discutida pelo filósofo nas teses “Sobre o Conceito de História” redigidas no primeiro semestre de 1940, no exílio. Neste que seria seu último texto Walter Benjamin polemiza com o *historicismo* e com um *certo materialismo histórico*, mecanicista e determinista, o qual, entre outras coisas, havia caído no engodo representado pela crença no progresso e na idéia que lhe é imanente de que a história transcorre em um tempo “vazio e homogêneo” (teses 13 e 14). Portanto, para Benjamin, essas duas maneiras de escrever a história apoiavam-se numa mesma concepção

³⁴ LOWY, Michel, op. cit., p.189/190.

³⁵ Para Jeanne Marie Gagnebin, Benjamin “critica duas maneiras aparentemente opostas de escrever a história que, na realidade, têm sua origem em uma estrutura

de tempo - cronológico, linear e evolutivo - a qual deveria ser superada pelo historiador materialista.³⁵

O texto tem o estilo pessoal do filósofo. Cada tese traz um potencial estupendo de reflexão, embora o caminho seja a princípio íngreme, dada a escrita antitética e alegórica do autor. Críticas explícitas e contundentes vêm à tona por meio de mônadas: imagens exemplares.

De acordo com Brecht, nas teses:

Benjamin contrapõe-se à concepção de história como um decorrer linear, de progresso como um empreendimento enérgico de cabeças descansadas, de trabalho como fonte da moral, de operariado como o protegido da técnica, etc; ele escarnece a muito ouvida frase de que a gente deveria admirar-se por algo como o fascismo pode acontecer 'ainda neste século' (como se ele não fosse o fruto de todos os séculos) - em suma, o pequeno trabalho (apesar de todas as metáforas e dos judaísmos) é claro e desemaranhante, e a gente se assusta em pensar quão poucos são aqueles que estão dispostos a, pelo mínimo, desentender algo assim.³⁶

Bertold Brecht, com as suas palavras, refutava as críticas que haviam sido dirigidas a esse texto específico de Walter Benjamin devido ao suposto de que as teses seriam “obscuras e desconcertantes”. Por outro lado, não deixava de expor o que lhe desagradava: a ligação do autor com a tradição mística judaica.

epistemológica comum: a historiografia ‘progressista’ mais especificamente a concepção de história em vigor na social-democracia alemã de Weimar, a idéia de um progresso inevitável e cientificamente previsível (Kautsky), concepção que, conforme demonstra Benjamin, provocará uma avaliação equivocada do fascismo e a incapacidade de desenvolver uma luta eficaz contra sua ascensão; mas também a historiografia “burguesa” contemporânea, ou seja, o historicismo, oriundo da grande tradição acadêmica de Ranke a Dilthey, que pretenderia reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com seu objeto.” BENJAMIN, Walter, op.cit., prefácio de Jeanne Marie GAGNEBIN, p.8

³⁵ BRECHT, Bertold. Arbeitsjournal, 1938-1942, p.294. Citado por Kothe, Flávio. R. Benjamin e Adorno: confrontos., São Paulo: Ática, 1978, p.112.

Já em sua primeira tese Benjamin estabeleceu o vínculo mencionado por Brecht, o qual seria uma característica específica do seu posicionamento teórico e político: o entrelaçamento entre o materialismo histórico e a teologia judaica. O materialismo histórico “pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia” (tese 1). Na reflexão benjaminiana a perspectiva messiânica da tradição mística judaica abre as portas ao imprevisível e portanto, ao que está prenhe de possibilidades; é o que pode afastar a acomodação e romper com a visão da história como um contínuo linear e homogêneo. Portanto, o materialismo histórico de Benjamin é diferenciado, não apenas suporta o convívio com a teologia como faz dessa convivência uma expressão de sua força e riqueza.

Na tradição mística judaica o Messias representa a redenção, a salvação de um povo perseguido, desterrado. Em uma perspectiva profana, a redenção dos oprimidos e o “acerto de contas” com o passado virá com a revolução. As novas gerações têm uma responsabilidade não apenas sobre o presente e o futuro, mas também sobre o passado. O passado de lutas, resistências, opressão, utopias nos traz a marca de nossa identidade no presente mas não apenas isso: as possibilidades potenciais colocadas pelo passado traduzem-se como força messiânica; a vitalidade retorna e incita à “redenção” (tese 2).

Portanto, coloca-se como tarefa para o historiador, segundo Benjamin, “pentear a história a contrapelo” (tese 7), trazer à tona novas identidades, fazer uma outra leitura dos documentos, colocar possibilidades novas de diálogo entre presente e passado, romper não apenas com a historiografia burguesa como também com a historiografia “progressista” da social-democracia alemã, o que, em última análise, significaria romper com a concepção mecanicista e linear da história.

Para Benjamin, o historiador materialista prescinde de um esquema global de interpretação e de explicações definitivas, pois a história que conta permanece aberta e como tal possibilita interpretações diversas. O historiador deve reconhecer que a história não se constitui apenas de grandes eventos e levar em conta que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (tese 3).

Por não romper com essa concepção da história é que a social democracia alemã entendeu que o fascismo seria apenas um “intervalo, uma regressão provisória destinada a desmanchar-se” e que depois dele o progresso retomaria o seu curso “natural” e inexorável (tese 8). Ao contrário, a opressão e a exclusão, representadas no contexto histórico vivido por Benjamin pelo fascismo, mas de maneira nenhuma estranhas em outros contextos históricos, são a regra e não a exceção na história dos oprimidos.

Portanto, o fascismo e todas as formas do totalitarismo não são “aberrações” condenadas ao desaparecimento. Para Benjamin, a grande arma do fascismo e que o deixava mais forte era justamente o fato de que os seus adversários acreditavam no progresso como uma “norma histórica”. Daí o assombro, de que nos fala o autor, daqueles que não se conformavam que “ainda” fossem possíveis episódios como o fascismo em pleno século XX!

Na tese 9, introduzida por um trecho de um poema de Gerhard Scholem, Benjamin faz uma leitura alegórica de um quadro de Paul Klee intitulado “Angelus Novus”. O anjo, olhando para o passado, quer reconstruir a experiência perdida mas sente-se imobilizado, impotente para agir no presente diante da tempestade representada pelo progresso. Em outras palavras, a alegoria revela o caráter da modernidade capitalista: uma tempestade que acumula “ruína sobre ruína”, aparta o passado do presente enfraquecendo a “experiência”, destruindo a memória coletiva.

Para Jeanne Marie Gagnebin, o anjo sente-se impotente para “interromper o curso nefasto do tempo e empreender a obra salvadora da memória.. (...) quando os homens se resignam ao curso inelutável da infelicidade, dele fazem uma necessidade supra-histórica que chamam, depois, do nome ambíguo de progresso, é nesse momento que eles cessam de poder tomar em suas mãos sua história e de poder agir sobre o presente e no presente, que eles continuam fixados no passado e se abstêm de inventar seu futuro.”³⁷

³⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. O hino, a brisa e a tempestade: dos Anjos em Walter Benjamin. In: *Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História*. São Paulo: Papirus, 1994, p.135.

Como superar a impotência que o anjo de Paul Klee traduz diante de uma realidade arrasadora? Com a revolução proletária, com a reconstrução da experiência por meio da rememoração, rompendo com uma concepção linear e mecanicista da história, diria Benjamin. A problematização da idéia de progresso é fundamental na perspectiva benjaminiana não por um “saudosismo estrito” em relação ao que se perdeu do passado mas sim como forma de, no presente, a partir das questões colocadas, contribuir para a invenção de novas possibilidades de convivência e de experiências coletivas.

A preocupação do autor com o *continuum* histórico aparece o tempo todo nas “teses” assim como perpassa cada um dos seus escritos. Essa concepção de história que se desenrola linearmente rumo a um “fim determinado”, previsível e inevitável, representa na verdade um conformismo, um conservadorismo que impede que outras histórias, que não aquela que se desenrola no presente, na modernidade capitalista, possam “se fazer”. Daí, afirmar que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (tese 6)

Em sua 10ª tese, Walter Benjamin mais uma vez expõe os seus adversários - a social democracia alemã e o comunismo stalinista - e critica as suas crenças em um progresso ilimitado e contínuo. Nesta tese específica, quando Benjamin fala nos “políticos que traíram a sua própria causa”, ele estaria se referindo ao comunismo stalinista e ao pacto firmado entre Hitler e Stalin em 1939³⁸, quando cada vez mais o comunismo soviético foi se distanciando dos princípios do materialismo histórico.

A avaliação da social democracia de que a classe operária alemã estaria “nadando a favor da corrente” por estar na vanguarda do progresso tecnológico, sendo então, a representante “natural” do

³⁸ Pelo pacto germânico-soviético de 23 de agosto de 1939 o líder alemão garantia, junto a Stalin, a neutralidade da União Soviética em relação aos conflitos com a Polônia a partir da chamada política de não-agressão.

próprio progresso da humanidade é criticada por Benjamin (tese 11). Esse “engodo” teria contribuído para a sua derrota frente ao fascismo. O filósofo não partilhava da crença, ao seu ver equivocada, conformista e conservadora, de que as descobertas técnicas e a dominação dos homens sobre a natureza levariam a um progresso da própria “humanidade em si” (tese 13). Benjamin questiona o que ele chama de “marxismo vulgar”, o qual, ao entender o aperfeiçoamento do trabalho como o “redentor dos tempos modernos”³⁹, deixava de examinar a questão de que os produtores não partilhavam dos produtos do seu trabalho.

A grande questão que se colocava, então, é que o desenvolvimento considerável das forças produtivas, a racionalização do trabalho, a introdução de novas técnicas na economia, a industrialização, não significaram automaticamente o alívio do fardo do trabalhador. Ao contrário, a exploração intensificou-se e o caráter mecânico, uniforme, vazio, repetitivo do trabalho disseminou-se para outras esferas do social. É isto, o marxismo vulgar, segundo Benjamin, seduzido pelo progresso técnico, não conseguiu enxergar.

Fazendo parênteses, é importante situar que o “marxismo vulgar”, ao qual Benjamin se refere (explicitamente, por exemplo, na tese 11), pode também ser denominado de “kautskismo”⁴⁰ em referência a Karl Kautsky, intelectual da social-democracia alemã que, nos anos 80 do século XIX, colocou-se como divulgador e intérprete do marxismo junto aos movimentos operários.

A trajetória de Kautsky enquanto “divulgador e sistematizador” do marxismo teve como característica marcante a integração dos pensamentos de Darwin, Spencer, Haeckel e Marx. Dessa junção derivou a idéia de que, assim como a natureza é submetida a leis constantes, inflexíveis, também a sociedade o é. Ela obedece aos mesmos ritmos necessários, como um “organismo”. A noção de “necessidade histórica” constituía-se, pois, como chave mestra para

³⁹ Nos termos colocados por Josef Dietzgen, citados e criticados por Walter Benjamin em sua tese 11.

⁴⁰ Ver o prefácio de Jeanne Marie Gagnebin in: Benjamin, Walter. op. cit., p.7-19.

entender a configuração assumida pelo marxismo no seu “encontro” com o darwinismo e o evolucionismo spenceriano. Em papel análogo ao de Darwin que havia descoberto as “leis da evolução da espécie”, Marx teria descoberto as “leis da evolução da história humana”. Esta história seria, então, natural e inevitável.⁴¹

Nas teses 13 e 14 Benjamin critica o conceito dogmático de progresso como um processo “automático” e “sem limites”, o qual tem como pressuposto a noção de um “tempo vazio e homogêneo”. Ao contrário, para o filósofo, a história é lugar de um tempo saturado de “agoras”. Esse tempo põe em relação presente e passado, mas não como o faz o historicismo por meio de um “nexo causal entre vários momentos da história” ou por um “desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário” (apêndice 1). O presente não é apenas ponto de passagem entre o passado e o futuro como define a concepção linear da história. É o tempo da ação, do “salto dialético”, tempo que constrói com o passado uma experiência única, buscando recapturar sentidos.

Para Olgária Matos,

O historiador benjaminiano pensa diversamente o tempo: este não segue o curso de uma ‘ciência-profecia’. Por ser a forma a priori de toda a alienação, o tempo detém, imobiliza o progressismo da história. Para a concepção progressista – como a da política marxista –, o acaso é sempre transgressor e sacrilégio. Para Benjamin, ao contrário, sacrilégio é a pretensão de banir o imprevisto, com disposição de controlar o tempo histórico por uma dialética modelada segundo previsões(...) Esta concepção de história converte a história em natureza: nature morte.⁴²

Trata-se, então, para o historiador materialista, de fundar um

⁴¹ ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do marxismo – o marxismo na época da Segunda internacional (primeira parte)*, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.15-73.

⁴² MATOS, Olgária Chaim Féres. A rosa de paracelso. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.250.

outro conceito de tempo, uma outra relação entre passado, presente e futuro. O momento presente é o do imprevisível e não o da profecia, como quer a concepção linear. Não se pode dizer o que será o futuro e é justamente esse caráter de imprevisibilidade que é revolucionário. Não há destino traçado, não há um “progresso inevitável” que exija apenas espera e acomodação.

Benjamin coloca na força messiânica da teologia judaica a “pólvora” que explode e que subverte não apenas a ordem mas o tempo. A qualquer momento, por uma “porta estreita”, pode surgir o Messias, pode surgir a força transformadora que interrompe o tempo vazio e homogêneo e explode o *continuum* da história.

Aludindo então à epígrafe inicial desta reflexão, a revolução é ruptura, é interrupção da catástrofe. Não é a “locomotiva da história” que segue o curso “natural e inevitável” do progresso. É a “mão da espécie humana que viaja nesse trem puxando os freios de emergência” e trazendo aos seres humanos novas possibilidades de compartilhar experiências, de inventar outras práticas culturais menos automatizadas, mais significativas, enfim, trazendo possibilidades de viver e ser feliz pois a felicidade “não é nem a volta a um paraíso de antes da história, nem tampouco a avidez devoradora da modernidade, sempre em busca de novidades. A felicidade é muito mais, segundo a fórmula do anjo Agesilaus Santander, o confronto onde se opõem o estremecimento do único, do novo, do ainda não-vivido com a beatitude do mais uma vez, do repossuir, do (já) vivido.”⁴³

III- Thompson, os costumes e a resistência à racionalização do trabalho na Inglaterra

Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano. Isso não poderia até nos preparar para uma época em que se dissolvessem as necessidades

⁴³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. O hino, a brisa e a tempestade, op. cit., p. 135.

e expectativas do capitalismo e do comunismo estatal, permitindo que a natureza humana fosse reconstruída sob uma nova forma? É possível que eu esteja querendo demais. Seria invocar a possibilidade da redescoberta, sob novas formas, de um novo tipo de 'consciência costumeira', quando mais uma vez as gerações sucessivas aprendessem umas com as outras; quando as satisfações materiais permanecessem estáveis (e distribuídas de modo mais igualitário) e só as satisfações culturais se ampliassem; quando as expectativas atingissem uma situação de equilíbrio permanente dos costumes. (Edward Thompson. Costumes em Comum - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional, p.23/24)

Embora em um contexto e numa perspectiva diversa o historiador inglês Edward Palmer Thompson também possibilita uma reflexão sobre a questão que aqui nos interessa: a crença no progresso, entendido como resultante máxima das transformações produtoras da “modernidade capitalista” e como uma “evolução natural e inevitável” de toda a humanidade.

Se, por todas as razões já levantadas anteriormente, podemos identificar em Walter Benjamin um marxismo diferenciado, também a perspectiva de Edward Thompson tem a sua especificidade. Thompson criticava o marxismo economicista, abstrato e determinista, os maniqueísmos e as generalizações. O historiador brasileiro Edgar de Decca, em artigo publicado numa homenagem póstuma ao historiador inglês, o denominou dissidente e libertário afirmando que,

Thompson fez da teoria marxista um pensamento ativo e uma teoria que não fica única e exclusivamente no campo das abstrações. As categorias analíticas do marxismo, nas mãos de Thompson, transformam-se em categorias que nos permitem entender a maneira pela qual se constituem os modos de vida e a consciência dos grupos sociais que lutaram e resistiram ao capitalismo.⁴⁴

⁴⁴ DECCA, Edgar Salvadori. E.P.Thompson: um personagem dissidente e libertário. In: *Revista Projeto História*, no 12. São Paulo: Ed. PUC-SP, 1995, p.112.

Thompson não fala de contextos e sujeitos históricos abstratos: trata de trabalhadores específicos em contextos também específicos. Fala, portanto, de experiências de homens e mulheres concretos. Nesse sentido, o conceito de cultura é fundamental para as suas reflexões, como observa Déa Ribeiro Fenelon:

Ao lidar com a categoria “cultura” em todo o conjunto de sua obra, mas especialmente na “A Formação da Classe Operária Inglesa” Thompson propõe uma outra maneira de buscar e investigar as “experiências” dos trabalhadores não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vida, em suas lutas diárias, nos seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir, e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana em seu dia-a-dia e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico.⁴⁵

Nos seus estudos sobre o século XVIII, em particular na Inglaterra, o autor questiona a leitura de muitos historiadores de que teria ocorrido um declínio dos costumes uma vez que o povo sofria pressões para reformar a sua cultura de acordo com “normas vindas de cima”. Esses autores não levaram em conta, segundo Thompson, que as inovações técnicas e a racionalização do trabalho foram experimentadas pela plebe como exploração, como destruição violenta de padrões de trabalho e lazer fundados nos costumes. Em outras palavras, as transformações fundantes da modernidade capitalista não foram percebidas pela plebe inglesa como progresso mas sim como retrocesso, como expropriação de direitos e contra isso houve uma “resistência teimosa”. Dessa maneira, há um confronto explícito, no século XVIII, “entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe baseada no costume.”⁴⁶

⁴⁵ FENELON, Déa Ribeiro. E.P.Thompson – História e Política. *Revista Projeto História*, n. 12. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1995, p.86.

⁴⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comun. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 21.

Com o advento da revolução industrial na Inglaterra, houve a imposição de novas “necessidades” e a concomitante ameaça de desintegração dos costumes. De acordo com Thompson, “é isso sobretudo o que estabelece a distinção entre o “pré-industrial” ou “tradicional” e o mundo moderno. As gerações sucessivas já não se colocam em posição de aprendizes uma das outras.”⁴⁷ Vejo nessas colocações do autor uma aproximação com as discussões de Walter Benjamin relacionadas ao dilaceramento da experiência e de uma desqualificação do passado na modernidade capitalista. Não mais intercambiamos experiências ou “ouvimos conselhos”⁴⁸. O conhecimento das gerações anteriores tornou-se obsoleto, ultrapassado.

Tomando, então, as reflexões de Thompson no texto “Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial”⁴⁹ adentramos na discussão sobre como as mudanças ocorridas na percepção do tempo (entre os séculos XIII e XVIII) afetaram a disciplina do trabalho e a percepção interna de tempo dos trabalhadores de contextos e ofícios específicos.

Para Thompson, entre os povos primitivos ou nas pequenas comunidades de agricultores e pescadores, enfim, em comunidades com uma “estrutura de mercado mínima”, o tempo é orientado pelo trabalho e pela vida doméstica. Há um descaso pelo tempo do relógio, o trabalho aparece como necessidade e quase não existe oposição entre o trabalho e a vida. Ao falar sobre essas comunidades - recorrendo muitas vezes a canções populares e poemas - o autor nos permite tomar contato com uma noção de tempo totalmente diversa daquela que nos é familiar na modernidade capitalista.

⁴⁷ Ibid., p. 23.

⁴⁸ “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores(...) O narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas se “dar conselhos” parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuidade de uma história que está sendo narrada.” BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, pp.197-221. In: *Obras Escolhidas I*. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp.189-200.

⁴⁹ THOMPSON, E.P. op. cit., p. 267-304.

É o que acontece, por exemplo, quando nos fala sobre as investigações de Pierre Bordieu a respeito das atitudes dos camponeses cabilas na Argélia:

Uma atitude de submissão e de indiferença imperturbável em relação à passagem do tempo, que ninguém sonha em controlar, empregar ou poupar... A pressa é vista como uma falta de compostura combinada com ambição diabólica. O relógio é às vezes conhecido como a "oficina do diabo"; não há horas precisas de refeições; a noção de um compromisso com hora marcada é desconhecida; eles apenas combinam de se encontrar no próximo mercado.⁵⁰

Ou sobre os Nuer, a partir dos estudos de Evans-Pritchard:

Acho que jamais experienciam o mesmo sentimento de lutar contra o tempo ou de ter que coordenar as atividades com a passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são basicamente as próprias atividades, que têm em geral caráter de lazer. Os acontecimentos seguem uma ordem lógica, mas não são controlados por um sistema abstrato, não havendo pontos de referência autônomos a que as atividades tenham de se ajustar com precisão. Os nuer são felizes.⁵¹

São atitudes estranhas para nós que vivenciamos um tempo voraz, tempo mercadoria, tempo dinheiro que não pode ser desperdiçado e que deve ser poupado.

Na Inglaterra, antes da introdução da indústria movida a máquinas em grande escala, prevalecia uma irregularidade nos padrões de trabalho, a qual deve ser situada no âmbito do ciclo irregular da semana e mesmo do ano de trabalho com seus feriados, feiras e festas tradicionais. O dia de trabalho podia ser prolongado ou reduzido de acordo com a tarefa, os trabalhadores podiam

⁵⁰ Ibid., p.270.

⁵¹ Ibid., p. 302-303.

exercer ocupações mistas, havia alternância entre momentos de atividade intensa e de ociosidade.

Na transição para o capitalismo industrial, várias pressões foram feitas com o objetivo de disciplinar o trabalho e o trabalhador e o “uso-econômico-do tempo” tornou-se peça fundamental do processo. A medição e o controle sobre o tempo transformaram-se em armas importantes para a disciplinarização da mão de obra fazendo surgir a folha de controle do tempo de trabalho do trabalhador, os relógios no local de trabalho - os quais podiam ser adiantados na entrada e atrasados na saída - as jornadas de trabalho com um número de horas determinado, ao contrário do que ocorria anteriormente.

Tais pressões ocorreram, segundo Thompson, em um campo de forças antagônicas no embate contra os costumes. Contra a irregularidade nos padrões de trabalho foram impostas: uma rígida disciplina, a ética puritana e a educação como um treinamento para a aquisição do “hábito de trabalho”.

Nas palavras do autor:

Por meio de tudo isso - pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes - formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. A mudança levou às vezes várias gerações para se concretizar, sendo possível duvidar até que ponto foi completamente realizada: ritmos de trabalho irregulares foram perpetuados (e até institucionalizados) no século atual especialmente em Londres e nos grandes portos.⁵²

E se a mudança não se concretizou rapidamente e nem mesmo completamente como coloca o autor, a resistência em nome do costume teve uma importância fundamental. No texto em questão, Thompson, ao examinar o “Livro de leis” da Siderúrgica Crowley - “código civil e penal que chegava a mais de 100 mil palavras para

⁵² Thompson, E.P. op. cit. p. 297-298.

governar e regular a sua força de trabalho rebelde”⁵³ - revela não apenas que foi se impondo uma rígida disciplina de trabalho e de tempo mas também o seu contraponto: a resistência dos trabalhadores a uma regularidade nos padrões de trabalho. Tal resistência pode ser percebida na manutenção de antigos hábitos no dia de trabalho: idas às tavernas, cervejarias, cafés, reserva de um tempo para sonecas, cantorias, fumo, disputas etc. (o que o Livro de leis tinha o objetivo de controlar). Além disso, a ausência no ambiente de trabalho dos representantes dos patrões (supervisores, diretores), por qualquer razão, também levava a um “retorno” aos ritmos irregulares do trabalho, enfim, aos antigos hábitos.

O “progresso natural e inevitável” vislumbrado a partir do desenvolvimento tecnológico, conforme aqueles que apostavam na potencialidade da razão humana em dominar a natureza e tirar dela o máximo proveito em benefício de “toda a humanidade”, aparecia concretamente à plebe inglesa sob a forma de expropriação de direitos. O que há não é simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável capaz de possibilitar a “redenção do trabalho”, mas uma ameaça aos costumes e uma maior exploração do trabalhador.

Thompson produz uma interpretação vigorosa e diferenciada quando capta a importância da preservação da memória para a plebe inglesa como um instrumento de luta às iniciativas “vindas de cima” como por exemplo, no caso dos motins de fome contra o livre cambismo. Quando recorre às práticas medievais para manter a provisão de grãos e a fixação de preços fora das leis do livre cambismo isso não caracteriza um “atraso” da plebe que supostamente estaria virando às costas às práticas mais “modernas”, fundada nos princípios do liberalismo e entendidas como mais “democráticas e progressistas”. Nesse sentido é que o historiador nos diz que no século XVIII, na Inglaterra, há um paradoxo: “uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os

⁵³ Thompson, E.P. op. cit., p.289.

cerceamentos, a disciplina de trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou empregadores querem impor.”⁵⁴

Portanto, Thompson nos traz uma contribuição valiosa para pensarmos o conceito de resistência. Esta não aparece apenas vinculada ao político-institucional, não está só no movimento operário organizado via sindicatos e/ou partidos políticos, mas em maneiras de ser e pensar que resistem quando confrontadas por novas maneiras de ser e pensar produzidas pelas transformações sociais. A resistência não está apenas na ação heróica, espetacular, mas se dá no cotidiano, a partir de relações complexas, específicas, ambíguas muitas vezes, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações.

E a recaptura, nos escritos de Edward Thompson, da resistência da plebe inglesa às inovações, no século XVIII, em defesa dos costumes, revela o combate a uma visão mecanicista da história. Thompson contrapõe-se a uma visão linear ingenuamente progressiva da história quando percebe no trabalho anterior à indústria uma margem de controle sobre o tempo e sobre o processo de trabalho, pelo trabalhador, muito maior que a introduzida pela disciplina da fábrica.

Portanto, quando hoje são feitas referências a um “tempo da natureza” em oposição a um “tempo da fábrica” numa menção aos estudos do historiador inglês, não se pode perder de vista que “não se trata de pensar num tempo da natureza em si ou do relógio em si: o olhar de Thompson se dirige para tradições de luta e relações sociais ali abrigadas como experiências.”⁵⁵

.....

Walter Benjamin e Edward Thompson trazem, com um vigor

⁵⁴ *Ibid.*, p.19.

⁵⁵ SILVA, Marcos Antônio da. Ensino de História, Exclusão Social e Cidadania Cultural – contra o Horror Pedagógico. In: Lenskij, Tatiana e Helfer, Nadir (Orgs.) *A memória e o ensino de história*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000, p.115.

magnífico, um convite para ousar o novo, não como o “sempre-igual”, mas como o que impulsiona para a construção de novas práticas culturais dentro e fora da escola.

Embora, como adverte Fontana, a historiografia nos últimos dois séculos tenha se caracterizado por uma concepção linear e progressista da história, essa é uma conclusão que não deve ser entendida como unidimensional. Afinal, os dois autores caracterizam-se justamente por sua postura dissonante, por um pensamento que rompe com a ortodoxia, por um estilo pessoal, cada um a seu modo, de escrever e de lidar com uma tradição comum: o marxismo.

Nos dois autores, é explícita a preocupação em lidar com sujeitos históricos “por inteiro”, como seres humanos que trazem imbricadas racionalidades e irracionalidades, enfim, sujeitos históricos não idealizados como “heróis” ou rotulados como “coisas”. Sujeitos históricos que não se definem apenas por um “lugar” ocupado na estrutura econômica da sociedade, mas que sonham, lutam, resistem e também se acomodam...

A crítica a uma concepção linear e progressista da história não é algo que nasce como discussão vazia, teórica e abstrata. Os dois autores fundamentam-se nas “experiências” (Thompson) e “vivências” (Benjamin) de sujeitos históricos concretos em contextos específicos para extrair daí a sua perspectiva de que a idéia de progresso é, na verdade, um engodo, uma ilusão e também uma política de conservação do *status quo*. O “progresso científico e tecnológico” se é inegável, não pressupõe o “progresso da humanidade em si”. Basta pensarmos no contexto atual: com tanto “progresso científico e tecnológico” como entender a fome, miséria, saúde precária (calamitosa em algumas regiões do Brasil e do mundo) sem falar no descaso com a educação, no desemprego, na violência, etc, etc...? Como continuar sustentando uma visão linear e progressista da história? Se tal perspectiva ainda se perpetua, seja na historiografia e/ou no ensino de história, é porque a história ainda é tratada como abstração, como algo que não se refere à vida de sujeitos históricos concretos, de carne e osso.

Por outro lado, a reflexão realizada pelos dois autores reafirma a importância de se buscar no passado não apenas as interpretações

que pretendem “explicar” o presente mas também as possibilidades que não se tornaram dominantes e que não são consideradas no modelo interpretativo linear e progressista. Na produção do conhecimento histórico é preciso considerar as rupturas, pois, a partir desse procedimento torna-se possível pensar a história como construção e não como tendendo a um fim pré-determinado. Pode-se recuperar projetos/experiências/utopias que não foram vencedores e que trazem a perspectiva não apenas do “por que as coisas são como são”, mas também de como elas poderiam/podem ser diferentes.

Retomo, então, Joseph Fontana que apreende, ao meu ver, uma contribuição importantíssima dos autores com os quais busquei dialogar e que traz uma perspectiva de superação da visão linear e progressista:

*Temos de elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado não contém apenas as sementes de um futuro pré-determinado e inescapável, mas sim a de toda uma **diversidade de futuros possíveis**, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é o melhor, nem por outra parte que os outros estejam totalmente descartados.*

(...) Não há que pensar nessas visões alternativas tão somente em termos de invenção discursiva: o seu fundamento reside no fato de que, em alguma encruzilhada do passado diversificaram-se os caminhos que levavam às variadas direções (...) que a história não terminou e que a projeção desses caminhos ao futuro é ainda possível.

(...) Durante a guerra civil espanhola Antônio Machado escreveu que ao examinar o passado para ver o que levava dentro, era fácil encontrar nele um acúmulo de esperanças, nem alcançadas nem falidas, isto é, um futuro.⁵⁶ (grifo meu)

Tanto Benjamin quanto Thompson nos colocam essas

⁵⁶ FONTANA, Joseph, op, cit., p.275/276.

possibilidades porque nesses autores há uma ruptura com as verdades absolutas, com uma perspectiva mecanicista e abstrata da história e há um convite para recuperarmos a experiência com o passado, entendendo-o não como o “morto incômodo mas necessário” do historicismo, mas como fonte de aprendizagem, de vida, enfim, como utopia que convida ao “despertar” no presente. Afinal, conforme nos diz Tom Paine “está em nossas mãos voltar a começar o mundo de novo”.⁵⁷

⁵⁷ Ibid., p.280.